

## **Lugares de memória da saúde no Centro do Rio de Janeiro.**

Ana M. G. Albano Amora

Professora: DARF/FAU/UFRJ; Especialização em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde/ COC/Fiocruz;  
Pesquisadora: Grupo de Museus / PROARQ/FAU/UFRJ; GESTHU/IPPUR/UFRJ

Renato Gama-Rosa Costa

Arquiteto da Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ;  
Professor Especialização em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde/ COC/Fiocruz  
Secretário - Docomomo Rio

### **Resumo**

Pretendemos contribuir para o estudo das edificações para a saúde como *lugares de memória*, identificar espaços expositivos e museus dedicados à temática no Centro do Rio de Janeiro, com o objetivo de desenvolver um roteiro histórico cultural da saúde.

A relação *História e Lugar* é ponto importante para se estudar o patrimônio cultural da saúde e sua inserção no urbano. A obra de Nora - (1984/1993) é aporte para a discussão, pois ao se atribuir valor a um determinado lugar transforma-o em símbolo este constitui ponto onde se cristaliza parte da memória nacional e da cidade.

Na *Arquitetura e do Urbanismo*, com a revisão crítica movimento moderno e a necessidade de se intervir nos centros históricos, os arquitetos e urbanistas propuseram soluções como as estabelecidas na *Carta de Veneza* (1964) e na posterior *Declaração de Amsterdan* (1975). Gregotti (1972) e Rossi (1966), por sua vez, contribuíram para estabelecer um novo olhar teórico, e o último apresenta a idéia da cidade como *locus* da memória coletiva do povo.

As edificações de saúde, suportes dessas recordações, permanecem na sua maioria com o uso original e são documentos para resgatarmos essa história na cidade.

O Hospital Geral da Santa Casa de Misericórdia, projetado por José Domingos Monteiro especificamente para a função, construído entre 1840 e 1852, é memória viva da saúde. Contradizendo a concepção de um patrimônio midiático é, desde o Império, espaço de referência da medicina e marco monumental na cidade.

Já o Centro Cultural da Saúde, apesar de funcionar em prédio projetado por Gastão Bahiana para o Pavilhão da Estatística da Exposição do Centenário da Independência, em 1922, abrigou por 50 anos a Vigilância Sanitária Federal. Sua proposta museológica inovadora utiliza novas tecnologias expositivas, com o uso da informática e da rede de computadores. Constitui marco significativo do ecletismo das primeiras décadas do século XX, bem como dos espaços dedicados à saúde na área central da cidade.

**Palavras Chaves:** Lugares de memória; patrimônio cultural da saúde; museus de saúde

### **Considerações Iniciais**

A pesquisa apresentada nesta comunicação é parte de um estudo mais amplo realizado em conjunto entre o Grupo de Arquitetura de Museus e a Casa de

Oswaldo Cruz, com o intuito de refletir acerca do patrimônio cultural da saúde na cidade do Rio de Janeiro e sobre as edificações que o compõem como *lugares de memória*. Pretendemos identificar nesses locais espaços expositivos e museus dedicados a esta temática com o objetivo final de desenvolver um roteiro histórico cultural da saúde. Aqui apresentaremos o estado da arte da pesquisa e os exemplares existentes no Centro do Rio de Janeiro, entre os quais nos deteremos na análise dois casos.

### **O lugar e a memória**

A relação da *história* com o *lugar* é ponto importante para se estudar o patrimônio cultural da saúde e sua inserção na cidade. Esta articulação se dá tanto no campo da *História* como no da *Arquitetura e Urbanismo*. No primeiro caso encontramos na obra de Pierre Nora - (1984/1993) *Les lieux de mémoire* (La République, La Nation, La France) - um aporte para essa discussão. Esse autor remete-se a atribuição de valor a um lugar transformando-o em símbolo, como *lugar de memória* (NORA, 1993), concebido como um ponto em torno do qual se cristaliza uma parte da memória nacional, ou seja, "toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, da qual a vontade dos homens ou o trabalho do tempo fez elemento simbólico do patrimônio da memória de uma comunidade qualquer" (NORA apud ENDERS, 1993, p. 129).

Especificamente no campo da *Arquitetura e do Urbanismo* a questão do lugar e sua historicidade tem sido constantemente discutida. A partir dos anos de 1960, com a revisão crítica do movimento moderno e da *Carta de Atenas*<sup>1</sup> e com a necessidade de se intervir nos centros históricos, em especial das cidades européias, arquitetos e urbanistas propuseram soluções como as que estão estabelecidas na *Carta de Veneza* (1964)<sup>2</sup> e na posterior *Declaração de Amsterdan* (1975)<sup>3</sup>. A nova visão patrimonial implicou na consideração dos conjuntos urbanos e rurais, da vida e da

---

<sup>1</sup>A Carta de Atenas constituiu-se divisor de águas para o urbanismo e foi o principal instrumento criado pelos CIAM – Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna – objetivando propor soluções para ações planejadas sobre as cidades no período moderno, sujeitas a um sem número de impactos decorrentes dos processos de industrialização e modernização. Este documento foi redigido pelo arquiteto modernista Le Corbusier, a partir das discussões realizadas durante a assembléia dos membros em 1933, ocorrida a bordo do navio *Patris*, entre o porto de Marselha e Atenas. O documento está disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?jsessionid=3CB593CBE0BF9642A1948E4B428EFC4?id=233>. Acesso: 09/08.

<sup>2</sup> Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236> . Acesso em 09/09.

<sup>3</sup> Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=246> . Acesso em 09/09.

cultura que lhes animava, e pôs em cheque a concepção vigente de que deveriam ser salvaguardados apenas os *“testemunhos preciosos do passado (...) a principio por seu valor histórico e sentimental, depois, porque alguns trazem uma virtude plástica na qual se incorporou o mais alto grau de intensidade do gênio humano”*<sup>4</sup>. Assim, essa idéia contemplava a preservação de arquiteturas mais singelas e considerava que a questão patrimonial deveria estar relacionada à esfera do planejamento urbano e regional e ser parte de políticas mais amplas de intervenção no território.

Por outro lado, os profissionais do campo da arquitetura e urbanismo contribuíram para o estabelecimento de uma forma de ver a *Teoria da Arquitetura e Urbanismo* com ênfase sobre o lugar e sua história. Vittorio Gregotti (1972) concorreu com sua obra “Território da arquitetura” e sua idéia de lugar antropogeográfico, que indica um ambiente modificado pelo trabalho ou pela presença do homem, onde a paisagem e sua percepção são vistas como construídas historicamente; já Aldo Rossi (1966) no seu livro “A arquitetura da cidade” diz que a cidade é a memória coletiva do povo e está ligada a fatos e a lugares, assim, a cidade seria o *locus* dessa memória coletiva. Esses profissionais, apesar de moldarem uma concepção contextualista, que veio depois a ser questionada, abriram espaço para um olhar que contemplava o passado e suas marcas na cidade.

A arquitetura, assim, pode ser compreendida como suporte de memória e verdadeiros documentos para se proceder a investigação de determinados contexto históricos, pelas suas qualidades funcionais, estéticas e sua localização na espacialidade da cidade. As edificações poderiam de esta forma ter o caráter de monumentos, observando-se ainda que se pode entendê-los como “aquilo que pode evocar o passado” e como algo que possa atuar para “perpetuar a recordação” (LE GOFF, 1996, 535). Vale acrescentar que em sua maioria as edificações de saúde mantêm seu uso original, e são documentos vivos para o resgate da história do campo da saúde e da cidade (AMORA, 2010).

### **Museus de saúde**

Montaner (1990, p.34) aponta para a amplitude de sentido que o termo museus foi adquirindo ao longo da sua existência e diz não existir “uma só idéia ou prática de museu” e sim uma multiplicidade, e o que uniria essa diversidade seria o fato de abrigarem “objetos singulares que podem ser vistos ordenadamente pelo

---

<sup>4</sup> Item referente ao patrimônio na Carta de Atenas.

público”. Em seguida, esse autor, ao classificar os diversos tipos de museus e suas necessidades, assinala que os museus dedicados às ciências, às técnicas e a indústria deveriam dar ênfase a qualidade didática e experimental, possibilitando a relação e a manipulação dos objetos pelos usuários. Os museus de saúde podem ser classificados como um tipo especial nessa categoria elencada por Montaner (op.cit.), pois observamos que suas características se destacam como singulares e amplas, abrigando diferentes tipos de acervo, o que pode ter exigências funcionais e formais diferenciadas daquela proposta pelo autor.

A idéia da criação de museus de saúde, especificamente a do Musée de l'Assistance Publique em Paris, surgiu no bojo das Exposições Universais realizadas no século XIX, notadamente aquelas que ocorreram nessa cidade nos anos de 1878, 1889 e 1900. O fantástico desenvolvimento tecnológico dos hospitais e da saúde no último quartel do século XIX demonstrava que nesse processo seria contínuo a aplicação de novas tecnologias. As novas normas de higiene e a promoção do modelo de arquitetura pavilhonar contribuíram para o remanejamento dos serviços, sua reestruturação, e mesmo a destruição das construções antigas. As instituições já no início desse século, em pouco tempo, passaram do abrigo da caridade e da compaixão para a medicalização e laicização, implicando no descarte de peças religiosas – pinturas e esculturas, que adornavam os interiores das instituições. Esses e os objetos usados para a cura e para o tratamento dos doentes constituíram a base das primeiras coleções.

Por sua vez, as exposições universais foram espaços expositivos complexos, e no sentido de organizar os objetos a serem expostos ocorreu um avanço nos processos classificatórios, e esses eventos, segundo Cardoso (2001), desempenharam “um papel fundamental na formação de uma taxonomia do mundo moderno”.

Nessas exposições, instrumentos hospitalares e de tratamento do passado foram apresentados ao público num claro indício da sua ascensão a bens museológicos e representantes do patrimônio técnico e industrial nesse campo do conhecimento. Isso ocorre no âmbito do interesse crescente e da valorização dos bens técnicos e industriais pretéritos e a sua ascensão a patrimônio, o que se instala na França no final do século XIX.

Nesse contexto foi proposta a criação de museus hospitalares e de saúde objetivando a conservação dos ditos “objetos bons” dos hospitais: pinturas, esculturas

e utensílios valiosos usados na preparação de medicamentos. Posteriormente, ao longo da segunda metade do século XX, a noção de patrimônio científico e técnico foi introduzida no campo da saúde e os objetos a serem conservados não foram mais selecionados a partir de critérios relacionados as suas qualidades estéticas, mas sim por seu valor histórico.

O Musée de l'Assistance Publique teve origem no Musée Historique et Artistique des Hôpitaux de Paris, criado em 1934 após mais de 50 anos de preparativos e debates. Foi instalado no Hôtel Miramion, edificação histórica que abrigou a Farmácia Central dos Hospitais, e cujo projeto foi atribuído a François Mansart, tendo sido incluído em 1926 no Inventário Suplementar dos Monumentos Históricos. Hoje o museu abriga uma coleção com mais 10.000 itens relacionados a história dos hospitais parisienses, da idade média a contemporaneidade, que vão desde pinturas francesas e flamengas, instrumentos médicos e objetos farmacêuticos. Seguramente, essa instituição é uma referência para se pensar uma museologia da saúde, e também de uma arquitetura histórica do campo da saúde como espaço para constituição do museu.

## **Os lugares da memória da saúde e o Centro do Rio de Janeiro**

Utilizando-se o levantamento realizado pelo Projeto Inventário do Patrimônio Cultural da Saúde no Rio de Janeiro (COSTA, et al, 2008) e a divisão administrativa da cidade instituída pela Prefeitura – considerando como Centro as regiões administrativas RA II – Centro, composta pelo Castelo, o Centro, bairro de Fátima e a Praça Mauá, e RA I –Zona Portuária, que compreende os bairros do Caju, Santo Cristo, Saúde e Gamboa, e parte da RA VII, chegamos a um total de 23 edificações, divididas em três períodos históricos<sup>5</sup>.

Do *Período Imperial* temos: 1. Hospital N. S. da Saúde; 2. Hospital Central da Marinha; 3. Hospital S. Francisco da Penitência; 4. Policlínica Geral do Rio de Janeiro; 5. Hospital Geral da Santa Casa; 6. Instituto Hahnemanniano do Brasil; 7. Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro; 8. Hospital Ordem 3ª do Carmo. Da *Primeira República* contamos com: 9. Pro Matre; 10. Hospital São Francisco de Assis; 11. Escola de Enfermagem Ana Nery; 12. Hospital Moncorvo Filho; 13. Hospital Municipal

---

<sup>5</sup> Agradecemos a Mayara Maia Corrêa, aluna da graduação na FAU/UFRJ, integrante do Grupo de Estudos de Arquitetura de Museus pelos levantamentos realizados.

Souza Aguiar; 14. Hospital Espanhol; 15. Cruz Vermelha Brasileira. E, finalmente, do período entre 1930 e 1958 temos: 16. Hosp. Dos Servidores do Estado; 17. Centro Cultural da Saúde; 18. Instituto de Hematologia Arthur Siqueira Cavalcante; 19. IASERJ; 20. Lab. Central de Saúde Pública Noel Nutels; 21. INCA; 22. Inst. Nacional de Traumatologia e Ortopedia; 23. Hosp. Municipal Oswaldo Nazareth.

Optamos, entretanto, por iniciar a nossa análise no coração da zona central da cidade. A área do antigo morro do Castelo e seu entorno constitui-se em espaço repositório de marcos que nos fazem rememorar eventos pretéritos da construção da espacialidade da cidade. Nesse sentido, optamos por selecionar a edificação do Hospital Geral da Santa Casa, listado no Inventário do Patrimônio Cultural da Saúde, edifício inscrito no livro de tomo do IPHAN em 1983, e o edifício do Centro Cultural da Saúde, o qual não foi inventariado pelo projeto da Casa de Oswaldo Cruz, mas foi reconhecido como patrimônio pelo INEPAC. Ambos exemplares encontram-se de distintas formas vinculados a fatos referentes ao morro do Castelo e seu desmonte.

Nas proximidades dessa área encontram-se os principais equipamentos culturais da cidade muitos deles em edifícios históricos preservados Segundo Guimaraens e Iwata (2001):

*No Centro do Rio de Janeiro aceleraram-se a reciclagem de edifícios históricos e a regeneração de setores degradados. De maneira geral, a renovação ou alteração de usos transformou esses espaços em lugares onde realizam-se atividades culturais e exposições de obras e acervos de naturezas diversas. A integração das atividades de profissionais de várias áreas do conhecimento e de recursos de entidades governamentais e privadas no setor museológico envolve a proteção do patrimônio edificado; portanto, da perspectiva do planejamento urbano, esta ação relaciona-se não apenas à educação, formação da cidadania e produção de conhecimento, mas ao turismo "de entretenimento e lazer", fonte de empregos e de lucro.*

O atual edifício do Hospital Geral da Santa Casa, construído especificamente para a função, é memória viva da saúde e integra o patrimônio da primeira instituição hospitalar criada no Rio de Janeiro, a segunda criada na então colônia, como prolongamento da Santa Casa de Lisboa. Contradizendo a concepção de um patrimônio midiático é, desde o Império, espaço de referência da medicina e marco monumental na cidade.

Implantado inicialmente, em 1582, foi erguido na beira-mar da praia de Santa Luzia, nas proximidades do principal acesso ao antigo morro do Castelo, na ladeira do Descanso (atual ladeira da Misericórdia). Essa construção erguida sem planejamento sofreu dois séculos depois severas críticas de seu provedor, José Clemente Ferreira, o

qual a descreve como em desacordo com as regras de higiene do século XIX. A descrição relatava que a mesma tinha arquitetura irregular; enfermarias sem ventilação e com umidade decorrente da sua localização em subsolo; enfermarias femininas de tamanho reduzido; falta de separação entre enfermidades; e acomodações dos alienados tipo cárceres. Tudo agravado por infiltrações, goteiras e a possibilidade de ter partes do edifício com perigo de desabamento.

Em decorrência dessa situação, em 1838, foi constituída uma comissão de médicos importantes do Império - da Academia Imperial de Medicina - para elaborar um plano para a construção de um novo hospital. As bases para a edificação de um hospital higiênico ditadas pela comissão ressaltavam as seguintes orientações (COSTA et al, 2008):

*forma quadrada, com um dos ângulos apontando para o leste e outro para o oeste e ausência de árvores que impediriam a livre circulação do ar e manteriam as paredes úmidas; Entre outras recomendações, as enfermarias deveriam ser isoladas umas das outras e deveria haver salas especiais para as moléstias contagiosas e para os operados.*

Seguindo as premissas da comissão, foi inicialmente projetado um edifício no atual terreno pelo arquiteto-engenheiro José Domingos Monteiro, designado como arquiteto das obras da Santa Casa por seu provedor, José Clemente Pereira, esse arquiteto já havia sido integrante do Imperial Corpo de Engenheiros e da Câmara (COSTA et al, 2008).

Posteriormente, essa edificação sofreu obras de acréscimos, entre 1840 e 1865, com projeto foi realizado pelo arquiteto e engenheiro militar José Maria Jacinto Rebelo<sup>6</sup>, ex-aluno de Grandjean de Montigny (COSTA et al, op. cit).. Como principais elementos dessa reforma para conferir distinção ao prédio como representante do campo (STEVENSON, 2000 e BOURDIEU, 1989 e 2004) e de sua importância para o Império, estavam o desenho de um grande pórtico com dupla colunata de ordem dórica e frontão triangular, e a ornamentação da fachada austera com frontão composto de figuras alegóricas que remetiam à misericórdia (Ilustração 1). A feição da edificação se conforma então como nitidamente neoclássica, abrigo em sua

---

<sup>6</sup> José Maria Jacinto Rebelo nasceu no Rio de Janeiro em 3 de julho de 1821, e faleceu também nessa cidade em 14 de dezembro de 1871. É considerado um dos maiores arquitetos e engenheiros militares da sua época. Aluno do arquiteto Francês Grandjean de Montigny, elaborou obras importantes do segundo Império como: o Palácio Imperial de Petrópolis; do pórtico da Santa Casa de Misericórdia; Palácio do Itamarati; e projeto do pórtico do cemitério do caju.

fachada 45 vãos, com arcos plenos distribuídos binariamente. O pórtico de granito com colunas no térreo e o frontão no sobrado, sua cor e textura de pedra deu imponência ao conjunto. No seu interior foi dada continuidade às características clássicas da fachada com espaços fechados bem compostos e pátios internos (CZAJKOWSKI, 2000a).

Segundo o Guia do Patrimônio Hospitalar Europeu (EUROPAPHE, 2001), poderíamos classificá-lo como uma mescla da tipologia hospitalar clássica em pátios - como a parte antiga do Hospital Pitié-Salpêtrière, e a tipologia em pente - como no Hospital Lariboisière (SANTOS,1981), constituindo assim um relevante documento histórico da evolução da forma hospitalar.

Além dessas características que demonstram sua importância como lugar de memória hospitalar, destacamos: a ornamentação interna dos corredores das enfermarias por barras de azulejos de origem holandesa, e que se voltam para pátios ajardinados; o acervo mobiliário e o estado de preservação da botica, no pavimento térreo.

#### **Ilustração 1**

Santa Casa de Misericórdia, Rio de Janeiro, 1895



**Foto Marc Ferrez.**

**Fonte: <http://pt.bukisa.com/topics/hospitais-do-rio-de-janeiro>**

Nesse local foi implantado o Museu da Farmácia (Ilustração 2). Essa pequena jóia tem armários de madeira maciça, os frascos e os instrumentos de medição

utilizados no passado, os quais se encontram em exposição permanente, ilustrando o pensamento e a prática farmacêutica do século XIX. Esse pequeno museu nas dependências da Santa Casa é mais um espaço de memória e de exposição de um acervo precioso, que um lugar de visitação e de interação com o público, o que contraria a assertiva de Montaner (1990) apresentada para museus dedicados às ciências.

### **Ilustra o 2**

#### **Museu da Farmácia do Hospital Geral da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro**



Fonte: <http://www.almacarioca.com.br/hist09.htm>

Já o Centro Cultural da Saúde foi uma institui o criada recentemente pelo Ministério da Saúde, pelo Decreto n  3.496 de 2/6/2000, cujo objetivo seria dar maior visibilidade e acesso a informa o e conhecimento em saúde, por meio do resgate histórico desse campo e de levar ao grande público a evolu o do setor da saúde pública.

O CCS está abrigado em prédio histórico localizado na praça Marechal  ncora, próxima a praça XV. Essa edifica o integrou o conjunto de pavilhões projetados para a Exposi o do Centenário da Independência do Brasil, realizada em 1922.

Em um momento que se seguiu ao final da Primeira Guerra Mundial, a economia brasileira na década de 1920 não ia bem, e eram inúmeros os questionamentos acerca da entrada do país na modernidade. Entretanto, isso não foi impedimento para que o governo de Epitácio Pessoa, pressionado por ampla campanha promovida nos jornais cariocas com o objetivo de que fosse realizada uma

grande comemoração do Centenário da Independência, adotasse medidas objetivas nomeando o engenheiro Carlos Sampaio para a prefeitura do Distrito Federal.

Assim, a cidade do Rio de Janeiro foi confirmada como palco para o espetáculo e para tal deveria ser, antes de tudo, saneada e embelezada. Nesse sentido, no governo de Carlos Sampaio, entre 1920 e 1922, foi planejado um amplo programa de obras, e entre as prioridades se estabeleceu o desmonte do polêmico morro do Castelo.

Há muito se discutia a derrubada do morro, sitio das primeiras ocupações no século XVI, considerado como impedimento à higiene, aeração e modernização da cidade, visto também como reduto da população pobre e marginal. As primeiras críticas surgiram ainda no final do século XVIII, e foram depois renovadas no século XIX. Fonseca (2008) chama atenção para a existência de documentação, onde é possível perceber a preocupação com o espaço citadino e sua salubridade, principalmente, o inquérito promovido pelo Senado da Câmara do Rio de Janeiro em 1798, que contava com cerca de quatro tópicos<sup>7</sup> e a publicação em 1813 de texto em resposta ao questionário. As medidas propostas como solução implicavam em ações sobre o espaço físico da cidade como a alteração da sua topografia, a derrubada de edificações, o arrasamento dos morros do Castelo e Santo Antonio, e a construções de casas sob a supervisão de gente capacitada.

Nos anos de 1920, entretanto, sob o argumento sanitário encobria-se a idéia de renovação urbana, embelezamento e progresso das classes dominantes, obras já iniciada com Pereira Passos em princípios do século XX, as quais promoveriam a expulsão para longe da área mais valorizada da cidade da população pobre e marginalizada.

Segundo Furloni (2010) a maioria dos pavilhões erguidos em 1922 tinha o caráter provisório e apenas quatro deles sobreviveram até hoje: o Pavilhão das Pequenas Indústrias<sup>8</sup>, Pavilhão da França<sup>9</sup>, o Pavilhão da Administração e do Distrito

---

<sup>7</sup> Foram feitas sete questões para serem respondidas e quatro delas eram referentes à saúde e a salubridade.

<sup>8</sup> Atual Museu Histórico Nacional, prédio existente antes da exposição, mas que passou uma reforma significativa para a exposição, adquirindo feições neocoloniais.

<sup>9</sup> Uma replica do Petit Trianon de Versailles construído como pavilhão da França. Em 1923, foi doado pelo governo francês à Academia Brasileira de Letras.

Federal<sup>10</sup>, e, finalmente, o Pavilhão da Estatística que abriga atualmente o Centro Cultural da Saúde.

O autor do projeto foi o arquiteto Gastão da Cunha Bahiana. Professor da Escola Nacional de Belas Artes, Bahiana nasceu em Teresópolis, no estado do Rio de Janeiro em 1874; estudou na École des Hautes Études Industrielles de Lille, França, e foi o primeiro presidente do recém fundado Instituto dos Arquitetos do Brasil, em 1921<sup>11</sup>.

O projeto do pavilhão seguiu a cartilha do ecletismo adotando o estilo Luís XVI (CZAJKOWSKI, 2000b) (Ilustração 3). Chamado também de Pavilhão da Ciência da Certeza<sup>12</sup>, sofreu alterações em sua fachada, sendo as mais significativas a retirada da sua cúpula, a pedido do próprio Gastão, e a colocação de uma marquise na entrada.

O edifício abrigou por mais de 50 anos a Vigilância Sanitária Portuária com o setor de vacinação do Ministério da Saúde, cumprindo assim uma função no campo da saúde pública de forma longeva. Em 2001, foi inaugurado o Centro Cultural da Saúde, com funcionamento no pavimento térreo e em anexo construído nos fundos.

O espaço físico destinado a instituição é considerado pela direção insuficiente<sup>13</sup>, bem como o seu compartilhamento com órgão de segurança pública, que ocupa o segundo pavimento do prédio. Os espaços utilizados resumem-se aos do térreo, tanto dentro quanto fora da edificação, onde foram construídas estruturas provisórias (Ilustração 4). Apesar disso o CCS contou com programação extensa com mostras temáticas e exposições, entre outras: *Memória da Loucura; Cinco Artistas de Engenho de Dentro; A Saúde Bate à Porta Vigilância Sanitária e Cidadania; Revolta da Vacina: Cidadania, Ciência e Saúde.*

---

<sup>10</sup> Atual sede do Museu da Imagem e do Som.

<sup>11</sup> O nome a época era Instituto Brasileiro de Arquitetura e foi constituído por vinte e sete engenheiros reunidos na sala de História e Teoria da Arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro, no dia 26 de janeiro de 1921, quando o arquiteto Gastão da Cunha Bahiana foi eleito o primeiro presidente. Disponível em: <http://www.iabsp.org.br/mcmxxi.asp>. Acesso em: 20/06/2010.

<sup>12</sup> Segundo Furloni (2010) a estatística era considerada uma ciência “mais certa” que as outras, pois era mais fiel ao paradigma das ciências naturais.

<sup>13</sup> Informação obtida em visita realizada à instituição.

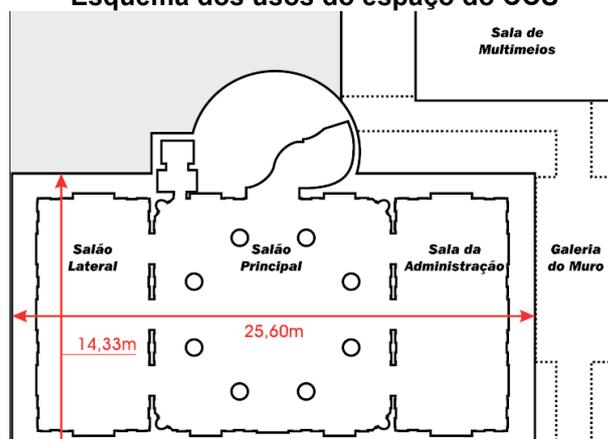
**Ilustração 3**  
**Pavilhão da Estatística em 1922**



Fonte: Arquivo Público Mineiro

[http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico\\_docs/photo.php?lid=27007](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=27007)

**Ilustração 4**  
**Esquema dos usos do espaço do CCS**



Fonte: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/07\\_0134\\_M.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/07_0134_M.pdf)

A proposta museológica e pedagógica do CCS é mais próxima da indicada por Montaner (op.cit) para museus dedicados às ciências, às técnicas e a indústria. Entretanto, longe de abrigar objetos a serem manipulados pelos usuários o museu busca, já que não dispõe de acervo significativo, e de espaços condizente para sua guarda, promover a utilização de novas mídias e da rede de computadores para a disponibilização dos conteúdos e a interação com o usuário, o que foi também acrescido de propiciar mostras e exposições itinerantes, levadas para outros locais do Rio de Janeiro, como forma de difundir a temática.

## Considerações finais

Observamos nessa primeira abordagem sobre a temática do Patrimônio Cultural da Saúde no Rio de Janeiro como *lugares de memória da saúde* a articulação entre as políticas públicas, notadamente as de cunho sanitário e de modernização do espaço da cidade, e a implantação das edificações dedicadas às diversas funções do campo da saúde.

As edificações são representantes do patrimônio de períodos históricos diferenciados, com características adequadas às suas funções originais em cada uma dessas épocas, e foram construídas com materiais e técnicas pretéritas, implicando em cuidados estéticos e construtivos na realização de intervenções de qualquer monta.

Por outro lado, percebemos as múltiplas e distintas temáticas e acervos a serem expostos nos espaços museográficos destinados ao tema da saúde, o que supõe a busca por soluções formais, funcionais e estéticas adequadas a cada situação relacionadas ao tipo de acervo e as características da edificação, bem como de diferentes recursos didáticos encontrados na museografia.

Verificamos ainda o ineditismo no Brasil de uma proposta museológica dedicada à saúde e a emergência da necessidade de se estudar com maior profundidade e detalhe essa temática, que supõe uma taxonomia dos acervos possíveis de serem encontrados e expostos e, conseqüentemente, na busca de meios para apresentação ao público desse material dentro das condições materiais e formais da arquitetura de saúde, que por si só é também um bem a ser considerado e posto em evidencia, exibindo-se suas características funcionais e históricas.

Como já comentado, consideramos que o Musée de l'Assistance Publique constitui referência para esse trabalho, já que abriga um acervo variado, foi implantado em edificação histórica preservada, e tem uma tradição em relação a expografia de bens de saúde. A conservação e a exposição desses acervos de saúde criam também a possibilidade de se estudar e refletir historicamente acerca desses modos pretéritos de tratamento e curar, enriquecendo o campo da história da saúde.

## Referências

AMORA, Ana Albano. Memórias de concreto: urbanidade e arquitetura de saúde, Santa Catarina (1930-1945). In: GANDARA, Gercinair Silvério. **Rios e cidades: olhares da história e meio ambiente**. Goiânia: Editora PUC Goiás, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **La noblesse d'Etat**. Paris: Minuit, 1989.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/ Lisboa: Difel, 2004.

CARDOSO, Rafael. O espetáculo fundador. In: **Veredas** – Centro Cultural Banco do Brasil, jul 2001, 32-35.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

COSTA, Renato; FONSECA, Maria Rachel F.; PORTO, Ângela; SANGLARD, Gisele (Org.) **História da Saúde no Rio de Janeiro: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008.

CZAJKOWSKI, Jorge (org.). **Guia de arquitetura colonial, neoclássica e romântica no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000<sup>a</sup>.

\_\_\_\_\_. **Guia de arquitetura eclética no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000b.

ENDERS, Armelle. Les lieux de mémoire, dez anos depois. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, p. 128-137. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/119.pdf>. Acesso em: 10/01/2008

EUROPAPHE. **Patrimoine hospitalier –um parcours à travers l'Europe**. Paris: Editions du patrimoine, 2001.

FONSECA, M.Rachel Fróes. A saúde pública no Rio de Janeiro Imperial. In: PORTO, Ângela; SANGLARD, Gisele; FONSECA, M.Rachel Fróes da; COSTA, Renato Gama-Rosa (Org.). **História da saúde no Rio de Janeiro: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

FURLONI, Camila B. **Arquitetura de museu: espaços de/para exposição estudo de caso do centro cultural da saúde e museu da imagem e do som**. Projeto de pesquisa apresentado ao Curso de Especialização em Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde Patrimônio Arquitetônico, Casa de Oswaldo Cruz Fiocruz, 2010s

GUIMARAENS, Cêça; IWATA, Nara. A importância dos museus e centros culturais na recuperação de centros urbanos. **Arquitextos**, 013.06, ano 02, jun 2001. disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.013/881>. Acesso em: 10/10/2009.

GREGOTTI, Vittorio. **Território da arquitetura**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

MONTANER, Josep M. Museu contemporâneo: lugar e discurso. **Projeto**, nº 144, São Paulo, 1990.

MUSÉE DE L'ASSISTANCE PUBLIQUE-HOPITAUX DE PARIS. **Um musée hospitalier à Paris: musée de l'ap-hp**. Editions Beaux-Arts Magazine, 2005.

NORA, Pierre (org.). Les lieux de mémoire. Gallimard, 1984/1993 (3 vol.)

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos de Pós-Graduação em História e do Departamento de História da PUC-SP, n. 10, dez, 1993 (p.7 a 28).

RIEL, Aloïs. **El culto moderno a los monumentos**. Madrid, Visor, 1987.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1995.

SANTOS, Paulo F. **Quatro séculos de arquitetura**. Rio de Janeiro, IAB, 1981.

STEVENSON, Christine. **Medicine and magnificence: British hospital and asylum architecture, 1660-1815**. New-Haven: Yale University Press, 2000. 312 p.: ill.

